

Dora Kramer*

Leite dá a Lula aula de equilíbrio político

O governador do Rio Grande do Sul tem a metade da idade do presidente da República, mas pareceu ter o dobro em termos de bom senso numa solenidade para assinatura de contratos da Petrobras, na cidade de Rio Grande.

Em cerimônia do governo federal, com público controlado e amigável, a hostilidade era a mesma fava contada que já fez outros governadores desistirem de comparecer a atos sob o patrocínio do Planalto e serem por isso acusados por Luiz Inácio da Silva (PT) de partidarismo indevido.

Eduardo Leite (PSD), porém, não se intimidou. Foi lá, discursou e, recebido com vaias, ainda usou o microfone para dar uma lição de moral no pessoal que se diz amoroso, diferentemente dos adversários propagadores do ódio. "Esse é o amor que venceu o medo?", questionou, cobrando respeito à autoridade tão eleita quanto o presidente querido da plateia que, sem se dar por achada nem enquadrada, prosseguiu na falta de educação cívica.

O recado, contudo, estava dado. Serviu também para expor a incoerência do slogan governista "União e Reconstrução", militante da prá-

tica de desunião e desconstrução. Disso Lula deu notícia logo depois ao defender a ideia de que 2026 deve ser o "ano da comparação" com os governos dos antecessores Michel Temer (MDB) e Jair Bolsonaro (PL).

Nenhum dos dois é candidato, mas para um Lula que não se garante sem a presença de antagonistas em sua cena, isso pouco importa. A ele interessa manter viva a dinâmica do "nós contra eles", absolutamente contraditória à pregação pacifista da propaganda oficial.

Com o gesto, o governador gaúcho fez muito mais em prol da veracidade dos apelos à moderação que qualquer um de seus colegas de oposição, cujas ausências em cerimônias oficiais só corroboram as diatribes de Lula e atestam a opção pelo atrito no uso impróprio de suas atribuições institucionais.

Leite não precisou de muito para ensinar às torcidas e respectivas chefias o sentido da representação de Estado. Bastou exercitar sem máscara as próprias convicções.

*Jornalista e comentarista de política

Márcio Coimbra*

Colapso Teocrático

Em janeiro de 2026, o Irã vive um momento de ruptura definitiva. As ruas de Teerã e das principais províncias não clamam mais por reformas graduais, mas pelo fim de um sistema que se tornou anacrônico. O regime, que por décadas utilizou o fervor religioso e o nacionalismo para se sustentar, enfrenta hoje uma combinação letal: o colapso econômico interno e a sucessão de derrotas no cenário externo. O que vemos hoje é o esgotamento de um modelo que nasceu em 1979 e que vive seu epílogo.

Compreender a crise contemporânea exige revisitar o colapso de Mohammad Reza Pahlavi. Ao tentar converter o país em uma potência ocidentalizada, o Xá negligenciou as bases tradicionais e o clero xiita, enquanto a repressão da Savak, sua polícia política, alienava a elite intelectual. Esse cenário culminou na Revolução de 1979 — uma coalizão heterogênea onde emergiu a liderança de Ruhollah Khomeini, que ascendeu após a queda da monarquia. O vácuo de poder foi preenchido pela Velayat-e Faqih, doutrina que submeteu a nação à tutela política e espiritual de um clérigo supremo, consolidando a teocracia moderna.

Quase meio século depois, o contrato social da República Islâmica ruiu. O sistema que prometia justiça social entregou uma economia de espoliação, controlada por fundações opacas e pelo braço empresarial da Guarda Revolucionária, que opera em moldes mais cruéis que a antiga Savak. A crise atual é o ápice de uma década de má gestão e expansionismo baseado no terror, agravada pelas sanções e pelo impacto da "Guerra dos 12 Dias" em 2025, que degradou a infraestrutura nuclear e militar do país.

Diferente de 2022, as manifestações atuais têm caráter existencial. O coração do levante bate no Bazar, o termômetro da estabilidade política persa. Quando mercadores fecham as portas e se unem aos jovens e às minorias étnicas, o regime perde sua última âncora de legiti-

midade. Ao mesmo tempo, a repressão mostra sinais de fadiga, com relatos de deserções e a incapacidade de conter focos simultâneos em todas as 31 províncias.

A análise de risco político nos obriga a desenhar caminhos para este desenlace. O Irã de amanhã não será o mesmo de ontem, e sua transição é um debate com reflexos globais. Um cenário provável é a solução pretoriana: diante da queda iminente, a Guarda Revolucionária poderia desferir um golpe interno, afastando os aiatolás em troca de uma abertura econômica nacionalista e pragmática, aos moldes do Egito. Outro caminho é a restauração de uma democracia parlamentarista laica, com Reza Pahlavi como símbolo de unidade transicional, assemelhando-se ao modelo espanhol pós-Franco. Contudo, não se deve subestimar a resiliência ideológica de uma teocracia acuada e o recrudescimento do regime ainda é uma opção, o que poderia transformar o país em uma "Coreia do Norte do Oriente Médio", mantendo o poder pelo terror e isolamento absoluto. Por fim, existe o risco latente da fragmentação e "balcanização", onde o colapso fomentaria movimentos separatistas e uma guerra civil devastadora.

Os sinais são de que o experimento teocrático chega ao seu epílogo. A questão não é mais se o regime mudará, mas quem estará no controle quando a poeira baixar. O mundo deve estar preparado para o que emergirá das cinzas da teocracia.

*CEO da Casa Política e Presidente-Executivo do Instituto Monitor da Democracia. Conselheiro e Diretor de Relações Internacionais da Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais (Abrieg). Mestre em Ação Política pela Universidad Rey Juan Carlos (2007). Ex-Diretor da Apex-Brasil e do Senado Federal.

EDITORIAL

Feminicídios em escalada veloz

A sequência recente de casos de violência contra a mulher na região de Campinas reforça o que já é apontado pelas estatísticas e profissionais da rede de atendimento: a violência de gênero segue em escalada inexorável, cada vez mais grave e recorrente.

Os casos de feminicídio consumado, tentativas de assassinato, agressões em espaços públicos e violência doméstica reiterada expõem uma realidade que ocorre em qualquer classe social e local do País. Frequentemente, o agressor é alguém próximo da vítima, um companheiro ou ex-companheiro, reforçando o caráter estrutural da tragédia e a dificuldade de rompimento desse ciclo de violência.

Campinas e as cidades que integram a região dispõem de redes de proteção compostas por delegacias especializadas, serviços de saúde, assistência social e equipamentos, como os Centros de Referência da Mulher. Porém, a demanda crescente evidencia os limites na capacidade de prevenção, acolhimento e acompanhamento contínuo das vítimas, sobretudo nos casos em que já havia registros anteriores de ameaça ou agressão.

Além do atendimento emergencial, o enfrentamento da violência contra a mulher exige políticas contínuas de prevenção,

educação e conscientização. Iniciativas voltadas à desconstrução da cultura de violência de gênero, à identificação precoce de situações de risco e ao fortalecimento da autonomia das mulheres são fundamentais para dirimir a reincidência.

Ainda assim, os episódios recentes revelam que a existência dessas políticas, por si só, não tem sido suficiente para conter a escalada da violência. Falhas na articulação entre os serviços, a insuficiência de recursos humanos e financeiros e a dificuldade de monitorar casos reincidentes fragilizam a rede de proteção e expõem mulheres a riscos permanentes. Medidas protetivas, quando descumpridas, nem sempre resultam em respostas rápidas do Estado, o que pode transformar ameaças recorrentes em crimes irreversíveis. É fundamental que o enfrentamento ao feminicídio seja tratado como política pública prioritária, com investimentos contínuos, transparência na execução orçamentária e avaliação permanente dos resultados. A prevenção exige ações estruturais, que vão da educação para a igualdade de gênero ao fortalecimento da autonomia econômica das mulheres, reduzindo a dependência que muitas vezes impede o rompimento com o agressor.

Opinião do leitor

Conselho Federal de Medicina

O Brasil é um dos países com maior número de cursos de Direito e Medicina no mundo. O primeiro trata da preservação das liberdades individuais e o segundo de vidas humanas. Se há o concurso para o registro da atividade jurídica na Ordem dos Advogados do Brasil, porque não fazer a médica junto ao Conselho Federal de Medicina? A população brasileira desde já agradece.

Luiz Felipe Schittini
Rio de Janeiro - Rio de Janeiro

Correio da Manhã

Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) • Paulo Bittencourt (1929-1963) • Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

Patrick Bertholdo (Diretor Geral)
patrickbertholdo@correiodamanha.net.br

Cláudio Magnavita (Diretor de Redação)
redacao@correiodamanha.com.br

Redação: Gabriela Gello, Iye Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William Franga e Rafael Lima (Coordenador editorial)

Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil
Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação), Anderson Sá e Thiago Ladeira

Telefones: (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872

WhatsApp: (21) 97948-0452

Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Melo Neto 850 Bloco 2 Conj. 520

Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057

Brasília: ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt 10 - Núcleo Bandeirantes

Brasília - DF CEP 71736-200

São Paulo: Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317, Água Branca - São Paulo-SP - CEP 05001-200

Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51, Centro - Campinas-SP, CEP 13010-132

www.correiodamanha.com.br

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.